

Contribuições ao Plano Nacional de Pós-graduação 2005-2010

Regional Sudeste - FOPROP

Resumo

Este documento é uma compilação das discussões da Regional Sudeste do Fórum Nacional de Pro-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, ocorridas nos últimos anos, à cerca dos rumos da Pós-graduação brasileira. Estas discussões culminaram num documento-minuta sobre o Plano Nacional de Pós-graduação, que foi discutida amplamente em reuniões da Regional SE, em São Paulo e Belo Horizonte, entre os meses de junho e julho de 2004. Finalmente, em agosto de 2004, a Regional SE se reuniu em Juiz de Fora e compilou o presente documento.

1 Introdução

Desde 1973, periodicamente, os Planos Nacionais de Pós Graduação (PNPGs), emitem diretrizes, estratégias, objetivos e metas para atualizar e configurar a política de pós-graduação e pesquisa no Brasil. Baseados em análises dos resultados na formação de recursos humanos de alto nível, nas tendências da distribuição de programas de pós-graduação e de recursos institucionais pelo país, assim como na avaliação dos avanços da ciência e da tecnologia e das ações das instancias do Sistema Nacional de Pós Graduação (SNPG), estes Planos tornam-se os guias orientadores para a pós-graduação stricto sensu brasileira. Esta política, inserida no conjunto da política educacional do país, contempla uma estratégia permanente que a organiza e justifica: as relações praticadas entre o Estado e a comunidade científica.

Se, nos anos 70, a expansão dos cursos de pós-graduação ainda ocorria sem qualquer orientação específica, já em 1973, seguindo as recomendações do I PNPG, as universidades procuraram modificar as suas estruturas organizacionais, e, no contexto da institucionalização da pesquisa e da pós-graduação no âmbito de um sistema em consolidação, criaram "sub-reitorias para coordenar as atividades de

pós-graduação e órgãos colegiados para a instrumentalização normativa interna à universidade”(I PNPG 3.1.4., 1975).

”As Pró-Reitorias de Pós-Graduação e Pesquisa representaram importante papel no controle da qualidade e produtividade dos cursos, possibilitando, também, o controle e a centralização dos recursos através da assinatura de convênios com as agências de financiamento, inaugurando, portanto, uma nova instância de poder. Os projetos e recursos que, na fase inicial da pós-graduação, eram discutidos individualmente com coordenadores pesquisadores, assumem caráter institucional pela intervenção deste novo agente.”(Barros, 1998 pp 93-94).

Na década de 80, é criada a Associação dos Pró-Reitores de Pós-Graduação (atual Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, FOPROP), que vinha funcionando dentro do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) como Representação Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação. Nos encontros anuais deste fórum (ENPROPs) sempre foram discutidos documentos com temas de fundamental importância para o desenvolvimento da ciência e tecnologia e do ensino pós-graduado no país.

Já há algum tempo, dois órgãos da Federação integrantes do SNPG, cumprem um papel expressivo na expansão da pós-graduação através dos apoios financeiros e da manutenção da qualidade através de mecanismos de avaliação: são a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). No âmbito da política de formação de recursos humanos de alto nível, tanto a vocação como a forma de relacionamento com os seus usuários por parte de ambas estas agências se destacam, sendo que a CAPES orienta as suas ações para a formação de pessoal nas universidades, cujo interlocutor é o Pró-Reitor, e o CNPq direciona seus esforços para a formação de recursos humanos para a ciência e a pesquisa, tendo como interlocutor o pesquisador. Consideramos essencial que esta prática seja mantida, pois só assim o trabalho destas duas agências alcança o sinergismo necessário à condução da Pesquisa e Pós-graduação brasileiras.

No sentido de manter e respeitar a consolidação histórica dos papéis e das funções dos diferentes agentes da política de pós-graduação e desenvolvimento científico, a Regional Sudeste do FOPROP, apresenta alguns textos conceituais balizadores pautados nos debates levados a efeito durante o período 2003/4, para contribuir na elaboração do documento síntese para a preparação do seminário de elaboração do PNPG.

2 Desigualdades regionais e indução

O Brasil é um grande exemplo mundial de desigualdades regionais, sendo um dos países mais ricos do mundo, apresentando desigualdades de renda e qualidade de vida muito marcantes e perversas. No que diz respeito à Pós-graduação Brasileira, a situação é a mesma: o mapa da distribuição espacial da pós-graduação segue o mapa do PIB ou o mapa do IDH. Tem havido, principalmente pelas agências de fomento, um grande trabalho para pelo menos suavizar essas desigualdades. No entanto, os resultados obtidos não têm sido satisfatórios, ao que tudo indica a esperada convergência não está sendo sinalizada. Claramente, regiões como o Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentam necessidades urgentes que devem ser atendidas, mas não podemos nos esquecer das “regiões deprimidas” do Sudeste e Sul, que, ao nosso ver, apresentam situações também terríveis: os desequilíbrios intra-regionais são também muito perversos e às vezes até muito piores do que os inter-regionais.

As políticas de ações estratégicas adotadas atualmente têm aumentado os desequilíbrios regionais, muitas vezes fazendo com que algumas universidades se beneficiem de grande parte dos recursos alocados às suas regiões, em detrimento de outras. Daí a necessidade de novos paradigmas de políticas e ações regionais estratégicas para priorizar “áreas deprimidas” em um contexto mais geral.

Para isso, sugerimos divisões regionais ou tipologias regionais diversas das existentes, com dados desagregados, permitindo diagnósticos e análises mais concretas, precisas e justas. Em função destas “novas regiões” ou “tipologias regionais” seria feita a indução da Pós-graduação Brasileira. Redes e parcerias são estratégias importantes nessa indução.

3 Redes Interinstitucionais

O estabelecimento de redes interinstitucionais pode ser uma estratégia eficaz para alavancar a qualidade da Pós-graduação, ou mesmo para suprir carências localizadas otimizando recursos humanos e financeiros. Sugere-se que os cursos de PG em rede sejam resultado de pesquisas em rede e que não seja descartada a experiência adquirida com os diversos instrumentos fomentadores de PG em rede (PROCAD, PICDT, PQI, Minter, Dinter...). Como exemplo deste tipo de pesquisa podemos citar: Grpesq (CNPq), Fundos Setoriais (MCT) e Institutos virtuais (FAPERJ)¹. Ainda neste item recomendamos a promoção de atividades integradas de pesquisa entre CAPES/CNPq/FAPs, como por exemplo a instalação de programas “casadinho” que atendam cur-

nos níveis 3 e 4 em todo o país.

Especificamente, sugerimos:

1. Ação efetiva da CAPES no sentido de lançar editais para criação de cursos interinstitucionais a partir de necessidades específicas do país,; cursos que contribuam para o desenvolvimento científico do país, atendendo demandas econômicas e sociais;
2. Identificação de expertises interinstitucionais e vocações em nível estadual e regional (inter e intra regional);
3. Analisar demandas surgidas de estados e regiões;
4. Programas de fomento conjuntos com o MCT e com as FAPs, como exemplo dos programas em parceria que foram estabelecidos e praticados em 2003 (PRONEX e primeiros projetos com a verba do CT Infra);
5. Discussão sobre instrumentos de normatização para estes cursos, especialmente no que se refere à avaliação e diplomas ;
6. Criação de cursos novos com base nos itens estabelecidos acima para a formação de redes, dando especial atenção para que o curso exista permanentemente;
7. Romper com o paradigma da sede;
8. Dar maior ênfase aos resultados destas interações do que ao processo de construção da interação. Isto é, abandonar a tônica ainda evidente na avaliação CAPES de se valorar os meios de condução da pós-graduação ao invés da qualidade do produto alcançado.

4 Financiamento da Pós-graduação

Visando um aprimoramento dos sistemas de financiamento da pós-graduação, sugerimos:

1. A CAPES e o CNPq deveriam realizar uma unificação de critérios e políticas de Pesquisa e Pós-graduação assim como de gestão de tecnologia para fortalecer e ampliar o atual sistema de financiamento. O financiamento deve ser estável ano a ano, com crescimento que acompanhe o crescimento dos programas e do número de programas.
2. É necessário que se crie um mecanismo visando a garantia do nível adequado de recursos para a CAPES, por exemplo, através da agregação de percentagem fixa de insumo do erário público.

3. Torna-se urgente uma atitude cidadã contra os liames das leis que tolhem o crescimento da pós-graduação, impedindo o uso racional de recursos financeiros! É imprescindível a criação de mecanismos de flexibilização na aplicação dos recursos visando racionalizar os gastos e agilizar a tomada de decisões. Esta otimização de uso de recursos só será alcançada se, através de legislação específica, puderem ser os programas de pós-graduação isentos dos entraves da Lei 8666 que emperra e onera a utilização dos recursos públicos.
4. Deve-se permitir uma maior independência administrativa no gerenciamento dos recursos dos programas de pós-graduação. Sugere-se que o programa PROF/CAPEs, que contempla um número restrito de instituições, promovendo uma flexibilização na utilização dos recursos destinados aos programas de pós-graduação, possa ser estendido à instituições que demonstrem interesse.
5. Deve-se exigir do Governo Federal o descontingenciamento imediato dos recursos dos fundos setoriais, como prevê a legislação em vigor. Parte dos recursos dos fundos setoriais poderiam ser utilizados na formação de recursos humanos para a pesquisa, com a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado, a exemplo do que já ocorre com o CT-Petro e CT-Hidro.
6. Com relação às fundações estaduais de amparo à pesquisa - FAP's - é imprescindível que todos os estados cumpram, realmente (sem utilização de manobras contábeis como se faz atualmente), o que estabelecem as Constituições Estaduais quanto aos percentuais e cronograma de repasses das verbas, a exemplo do que já acontece nos estados de São Paulo e Bahia. Esta providência ajudaria, em muito, os descongestionamento do sistema central de fomento constituído mais fortemente por CAPES e CNPq.

5 Avaliação da Pós-graduação

Sabemos que parte do sucesso da Pós-graduação brasileira é calcada no sistema de avaliação da CAPES, que é executado de forma séria e responsável. Consideramos, entretanto, que o atual grau de maturidade alcançado pelo Sistema Nacional de Pós-graduação clama por uma revisão do nosso paradigma de avaliação.

A avaliação CAPES ainda se encontra fortemente direcionada à “vigilância do processo”: cerca de 50% dos itens avaliados se referem à maneira pela qual os Programas de Pós-graduação operam em seu âmbito interno. A outra metade dos itens, esta sim, refere-se ao produto

alcançado pelo Programa. Entendemos que era necessário enfatizar o processo pelo qual se construía a pós-graduação, nos momentos iniciais da instalação do sistema de avaliação, com vistas a consolidar uma pós-graduação coerente e coesa no Brasil. Hoje, passados vários anos, já podemos nos concentrar naquilo que realmente interessa: o produto.

A maneira como os Programas se organizam e operam internamente não deve ser matéria de interferência da CAPES, desde que estes Programas alcancem anualmente os objetivos propostos. Tais objetivos, sim, devem ser cobrados pelo sistema de avaliação, que deve se concentrar na análise e premiação da qualidade alcançada. Ressaltamos que enquanto a Pós-graduação objetiva iminentemente a formação de recursos humanos, um dos seus principais produtos é a titulação de alunos. É importante, portanto, verificar o perfil dos egressos. Entretanto, uma Pós-graduação de qualidade só titula bem se estiver alicerçada em fortes bases científicas. Assim, o outro ‘produto’ é a produção científica do corpo docente e discente em questão. A análise da quantidade e qualidade destes dois produtos devem ser o carro-chefe que norteia a Avaliação.

6 Mestrado Profissional

Reconhecemos a grande demanda do mercado por profissionais capacitados e pelo título da pós-graduação, considerando que a desvalorização dos títulos e da formação obtida nos cursos *Lato sensu* motivaram a formação do Mestrado Profissional. Verificamos que há uma grande dificuldade no credenciamento de novos cursos e na avaliação dos atuais cursos de mestrado profissional credenciados pela CAPES, em virtude dos critérios adotados. Quanto à natureza do curso, parecemos que há necessidade de um Mestrado com ênfase profissional, no entanto, não haveria necessidade de diferenciar duas modalidades de mestrado.

Em síntese propõe-se que seja mantida apenas uma modalidade de cursos de Mestrado, sendo que os projetos poderiam ser diferenciados, dando ênfase na formação acadêmica, no desenvolvimento tecnológico ou numa atividade mista. Para isso seria necessário que a CAPES agregasse outros indicadores, com abordagens diferenciadas, no credenciamento de novos cursos e na Avaliação, mantendo entretanto a preocupação com a excelência da pesquisa.

7 Interação Universidade-Empresa

O investimento público na pós-graduação não se justifica apenas pela formação de uma força de trabalho qualificada, embora seja esta a sua razão mais relevante. Há que se investir, também, por ser a pós-graduação parte estratégica de um projeto de Estado Nacional.

O desenvolvimento científico com vistas à inovação tecnológica é indispensável para a inserção do Brasil no conjunto das nações de forma soberana. A pós-graduação deve, não somente produzir conhecimento, mas ser capaz de gerar e transferir inovação tecnológica. Para tal, necessita interagir com os setores produtivos, sendo instrumento de fomento ao desenvolvimento regional e nacional. Se o Brasil não quer estar condenado a mero importador de tecnologias, precisa ampliar seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento, porque a inovação é uma importante expressão da riqueza material de uma nação.

Todas as vezes em que se discute a relação Universidade-Empresa no Brasil, a Coréia aparece como modelo comparativo. O que tanto nos inspira este país? Certamente, foi a capacidade de suas empresas em recrutar os doutores formados pelas Universidades, como seus trabalhadores, ampliando sua capacidade de inovação. Tal não ocorre no Brasil. Por mais que a nação se orgulhe da cifra de 10.000 doutores/ano, a inserção desta mão-de-obra extremamente bem qualificada no mercado de trabalho estará comprometida.

Desta forma, a Pós-Graduação deverá estar habilitada a contribuir para a resolução desse "gap", não só investindo em uma formação que atenda também aos interesses do setor produtivo nacional, como também, aproximando-se desse setor e contribuindo, com os seus pesquisadores, para a transferência de tecnologia em uma bem-vinda parceria Universidade-Empresa.

A partir de 1998, o Estado Brasileiro esboçou algumas ações no sentido de facilitar esta relação através da criação dos fundos setoriais e da elaboração, discussão e recente aprovação de uma Lei de Inovação. Tais ações serão, porém, pouco eficazes, se não houver uma maior interação dos Programas de Pós-Graduação com as empresas de base tecnológica existentes no país. Esta interação poderá se dar de variadas formas, tais como:

- apoio dos estudantes e docentes dos Programas no processo de captação de recursos pela Empresa junto aos órgãos de fomento à indústria nacional;
- financiamento pela Empresa de parte dos custos da Pós-Graduação; oferecimento de estágios e programas de capacitação pela Empresa que integrem os Currículos das Pós-Graduações;

- realização de pesquisas conjuntas que resultem em produtos de interesse nacional (substituição de importações);
- geração de um mercado de trabalho para os alunos pós-graduados, entre outras.

A Pós-Graduação, cuja missão primordial é a de ensinar e formar uma força de trabalho competente, poderá e deverá ser parceiro estratégico do setor produtivo nesse processo.

8 A produção deste texto

Este documento foi compilado à partir de textos oriundos das diversas reuniões da Regional Sudeste do Fórum Nacional de Pro-reitores de Pesquisa e Pós-graduação, ocorridas entre os anos de 2000 e 2004.

O documento-base que determinou a estrutura final do presente texto, foi aquele produzido na reunião sobre o V Plano Nacional de Pós-graduação, em São Paulo, em 08 de julho de 2004, e modificado nas reuniões de 20 de julho de 2004 (Belo Horizonte) e 13 de agosto de 2004 (Juiz de Fora). Todos os Pro-reitores de Pesquisa e Pós-graduação da Regional Sudeste participaram em maior ou menor grau da elaboração dos textos aqui contidos, nas reuniões referidas acima.

A compilação do texto final aqui apresentado foi feita por (em ordem alfabética)

- Cláudia Maria Ribeiro Viscardi (U.F. Juiz de Fora)
- Cláudia Regina Cavaglieri (Unimep)
- João Francisco de Abreu (PUC Minas)
- Mônica M. Guimarães Savedra (UVA)
- Newton de Souza Gomes (U.F. Ouro Preto)
- Og Francisco Fonseca de Souza (U.F. Viçosa)
- Pedro Manoel Galetti Júnior (U.F. São Carlos)
- Ronaldo Rocha Bastos (U.F. Juiz de Fora)
- Ursula Karsh (UniSantos)

Este texto foi inteiramente produzido utilizando-se software livre
(Linux, \LaTeX , $\text{PDF}\LaTeX$)